



VALOR ADMINISTRATIVO

Edição VIII - Março de 2018 - O jornal que coloca o servidor administrativo da PF em primeiro lugar!

TROCA DE PEÇAS NA PF

Como as mudanças no comando do órgão afetam os pleitos da categoria?



SALÁRIO

Servidores vão ao Ministério do Planejamento cobrar reajustes

INFORME JURÍDICO

Fique por dentro dos andamentos das principais ações judiciais do sindicato



EDITORIAL

Éder Fernando da Silva
Presidente do SINPECPF

Três administrações e uma mudança de Ministério em apenas quatro meses, algo inédito na história da Polícia Federal. Foram dias turbulentos, no qual o sindicato esive focado em formatar sugestões para o projeto de reestruturação apresentado pela Administração de Fernando Segóvia, trabalho esse que fez atrasar esta edição do Valor Administrativo.

Logo após concluirmos nossas sugestões, Segóvia caiu. Geralmente, quando ocorrem mudanças tão significativas na cúpula, os novos diretores pedem um prazo para se inteirarem das demandas, e as negociações são retomadas do zero. Ocorre que, desta vez, boa parte da nova Administração é composta por pessoas que estavam à frente da gestão Daillo na PF. Portanto, estão a par da maior parte dos pleitos da categoria administrativa.

Mesmo que fosse diferente, sindicato e categoria têm pressa em ver solucionadas as demandas da classe administrativa. Nossa pauta de reestruturação é urgente e não podemos esperar que mais colegas se aposentem ou deixem o órgão para cobrar respostas.

Estamos cientes do discurso de asteridade do Governo Temer, porém, o próprio presidente elegeu a segurança pública como prioridade de sua gestão. Sendo a PF a grande vitrine do setor nos últimos anos, é justo que as reformas comecem pelo órgão, sendo a reestruturação administrativa a mais urgente delas.

GINDI, A SINDICALIZADA CONSICENTE!



GRUPO elo
saúde

O SINDICATO POSSUI PARCERIAS COM O GRUPO ELO SAÚDE COM A ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SAÚDE E COM A AGEMED PARA OFERECER AOS FILIADOS UMA DIVERSA GAMA DE PLANOS DE SAÚDE COM DIFERENTES OPERADORAS. NO SITE DO SINDICATO, É POSSÍVEL ACESSAR TODAS ELAS E FAZER SIMULAÇÕES EM PLANOS DA MEDIAL, AMIL, UNIMED, SULAMÉRICA E BRADESCO SAÚDE! ACESSE PELO ENDEREÇO: [HTTP://WWW.SINPECPF.ORG.BR/SITE/CONVENIO-PLANOS-DE-SAUDE/](http://www.sinpecpf.org.br/site/convenio-planos-de-saude/)

agemed
planos de saúde

Aliança
Administradora de Benefícios de Saúde



LUIS FELIPE SILVA C/ TOONDOO

EXPEDIENTE

SINPECPF SAUS Quadra 04 - Lote 09/10 Edifício Victoria Office Tower, Salas 403/406, Brasília DF, CEP 70070-938 Fones: 0800-644-1178 e (61) 9172-2458

Impressão: Gráfica Brasília Tiragem: 2 mil exemplares

EQUIPE EDITORIAL

Presidente: Éder Fernando da Silva
Diretora de Comunicação: Fabiana Martins
Jornalista Responsável: Luis Felipe Silva/Reg. Prof. 7049/DF
Projeto Gráfico: Luis Felipe Silva
Contato: comunicacao@sinpecpf.org.br



Escalado pelo Governo para negociar com os servidores, Augusto Chiba repete discurso de austeridade.

FUNCIONALISMO MOBILIZADO

Servidores Públicos vão ao Planejamento cobrar retomada de negociações

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e se reuniram no dia 2 de março com o secretário de Gestão de Pessoas, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Augusto Chiba, para cobrar a retomada das negociações com o funcionalismo, que seguem paralisadas desde o início do Governo Temer.

A pauta levada pelas entidades destaca temas de interesse geral, tais como a correção de perdas salariais — pede-se recomposição de 25,63%, índice apurado pelo Dieese —; a extensão dos índices da Lei 13.464/2017 (reajuste da Receita Federal em quatro anos) para todos os servidores; e que a União passe a arcar com, no mínimo, 50% do valor per capita dos planos de saúde de modalidade autogestão (o caso

mais emblemático é a Geap, cujos reajustes têm inviabilizado a permanência de diversos servidores).

Os servidores também defenderam a revisão do veto presidencial ao PL que regulamenta a negociação coletiva no setor público. O tema deverá ser analisado pelo Congresso Nacional. Trata-se de uma pauta histórica dos servidores públicos, assegurada por convenção coletiva assinada pela União com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também foi alvo de críticas o Projeto de Lei do Senado nº. 116/2017 (PLS 116), que propõe o fim da estabilidade no setor público, com demissão por insuficiência. Para o funcionalismo, a proposta pode agravar o já complicado quadro de assédio moral existente no setor.

Embora as entidades tenham deixado clara a disposição do funcionalismo em partir para o

enfrentamento contra o Governo em pleno ano eleitoral, Chiba deu amostras de que a escalada de ataques ainda não acabou, minimizando a preocupação com o déficit de pessoal e confirmando que já se encontra em análise na Casa Civil um anteprojeto que recria o “carreirão”, rebaixando salários iniciais de diversas categorias e elevando a quantidade de níveis para progressão funcional. Além disso, Chiba afirmou que o Governo não pretende conceder nenhum tipo de reajuste salarial. Todas as medidas foram justificadas com a velha desculpa da “situação fiscal desfavorável”.

Para os representantes sindicais, os planos do Governo constituem “retrocesso”, devendo ser combatidos fortemente. Sinalizando dificuldades para atender as demandas trazidas pelos servidores, o Planejamento agendou nova reunião até o dia 10 de abril para dar continuidade aos debates.



O SinpecPF prestigiou a posse do novo diretor-geral da PF, Rogério Augusto Viana Galloro.

DIAS DE MUDANÇAS

PF troca comando e passa a integrar Ministério da Segurança Pública

Entre o final de 2017 e o começo de 2018, a Polícia Federal viveu dias bastante movimentados. Em outubro do ano passado — mês da última edição deste VALOR ADMINISTRATIVO —, a Direção-Geral do órgão repousava nas mãos de Leandro Daiello Coimbra havia quase sete anos. Nessa época, o foco do SinpecPF era fazer avançar o projeto de reestruturação da carreira, em análise no Ministério da Justiça.

Em novembro, mudança total e repentina: indicado pelo presidente Michel Temer, Fernando Segóvia assumia o comando do órgão. A preocupação do sindicato passou a ser o ambicioso projeto de reestruturação colocado em pauta

pelo novo diretor-geral. Entre as medidas propostas estava a criação de um controverso novo cargo policial de nível médio, que ficaria responsável por atividades policiais ostensivas de baixa complexidade.

Em busca de consenso, a Direção-Geral convidou todas as entidades de classe para opinar sobre o projeto. Com a ajuda da categoria, o SinpecPF apresentou dois compilados de sugestões: o primeiro apostando na possibilidade remota de enquadrar os administrativos no novo cargo policial, que seria subdividido entre Agentes Ostensivos, Agentes Administrativos e Agentes de Telecomunicação e Eletricidade. A segunda opção era a aposta mais segura: transformar

os atuais servidores em Analistas (nível superior) e Técnicos (nível médio), proposta já avalizada pela Administração no passado.

Vítima das próprias declarações, Segóvia acabou ficando pouco tempo no cargo de diretor-geral, dando lugar a Rogério Viana Galloro no início de março. Junto com o novo comando, uma mudança de casa: a PF deixou a estrutura do Ministério da Justiça e passou a integrar o corpo do recém-criado Ministério Extraordinário da Segurança Pública, sob comando de Raul Jungmann. Diante da alteração de cenário, o sindicato trabalha para averiguar como ficarão os debates referentes à reestruturação da categoria.

O primeiro indício de que as

negociações não voltarão à estaca zero é a nomeação de Delano Cerqueira Bunn para o comando da Diretoria de Gestão de Pessoal. Não se trata de um novato na área de pessoal: entre maio de 2013 e janeiro de 2016, ele esteve no comando da Coordenação de Recursos Humanos. À época, foi designado pela Direção-Geral para acompanhar as negociações relativas à reestruturação da carreira administrativa.

É também de Delano a autoria do projeto de reestruturação apresentado pela gestão Segóvia. Assim sendo, é difícil imaginar que a Administração desista da ideia de criar um cargo policial de nível médio para substituir a Força Nacional, desejo manifesto do presidente Michel Temer. O maior empecilho para que a ideia saia do papel são as Forças Armadas, que agora fazem lobby para que a nova carreira seja integrada à estrutura militar.

Na avaliação do presidente do SinpecPF, Éder Fernando da Silva, a categoria não pode aceitar que mudanças na Administração impeçam o avanço das

negociações. “Nossas demandas envolvem questões de interesse do Estado. São matérias de interesse público, que precisam de respostas, não importa quem esteja no comando”, avalia.

Para sustentar seu ponto de vista, Éder faz menção às primeiras declarações de Raul Jungmann à frente do Ministério de Segurança Pública. Ao assumir, o ministro se comprometeu a dobrar o efetivo de policiais federais nas fronteiras como forma de combater o tráfico e o descaminho, ideia já colocada em prática — sem sucesso — pelo Governo Dilma. “Mudam os Governos, mas o foco segue unicamente sobre o efetivo policial”, pontua o sindicalista. “Para que a situação mude, é necessário quebrarmos essa lógica e passarmos a olhar também a questão administrativa”, completa.

A observação do presidente faz todo sentido. Hoje, o maior déficit enfrentado pela PF está na área administrativa (mais de cinco mil servidores). A falta de profissionais da área faz com que a PF desvie policiais federais

para atividades de fiscalização e de suporte, tarefas que deviam ficar a cargo dos administrativos. Deste modo, os policiais que são nomeados em concursos não vêm necessariamente reforçar o combate ao crime, mas suprir a ausência de administrativos.

O problema é tão grave que o discurso de valorização dos Administrativos já encontra eco fora do ambiente sindicalista. Parlamentares ouvidos pelo sindicato já falam contra o desvio de função, caso de Rôney Nemer (PP/DF), que critica os órgãos que enxergam apenas o servidor da atividade fim. “Sem o servidor administrativo, a PF para!”, garante.

O próprio novo DGP, Delano Cerqueira Bunn, endossa as ideias do SinpecPF. Em depoimento gravado no ano passado, quando estava à frente da SR/CE, ele afirmou que “a melhor forma de fortalecer a PF era valorizar a carreira administrativa”. O sindicato agora espera que a defesa da categoria não fique nas palavras, sendo concretizada em atos.



Delano é o novo DGP: na avaliação dele, a melhor forma de fortalecer a PF é valorizar a carreira administrativa.

*Informes sobre outras ações podem ser consultados em nosso site ou por telefone.

INFORME JURÍDICO

juridico@sinpecpf.org.br

Entre as principais atribuições do SINPECPF, está a defesa jurídica de seus filiados. Para garantir que essa expectativa seja atendida, o sindicato disponibiliza advogados que atuam em todos os ramos do direito, na defesa tanto dos filiados quanto de seus dependentes. Vale destacar que esse serviço de assistência jurídica pode ser requerido pelos filiados de qualquer local do país.

Neste espaço, relacionamos alguns dos principais processos coletivos em andamento:

Ação contra reajuste de 2016 da GEAP — A liminar obtida pelo SinpecPF contra os aumentos das mensalidades dos planos ofertados pela GEAP foi revogada. Com isso, os reajustes abusivos nos planos de saúde, congelados desde 2016 foram incorporados no contracheque. O sindicato informa já ter ingressado com recurso contra essa decisão e explica quais serão os próximos passos.

Em fevereiro de 2016, o SinpecPF ingressou com pedido judicial visando suspender o reajuste das mensalidades dos planos ofertados pela GEAP, autorizados pela Resolução nº 99/2015 – GEAP/Conad para vigorar em 2016. Em caráter liminar, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho enxergou abuso nos índices impostos pela GEAP e concedeu liminar ao sindicato.

Inconformada, em 26 de junho de 2016, a GEAP interpôs agravo de instrumento para reformar a antecipação de tutela, recurso esse julgado improcedente pela Segunda Instância, fortalecendo a tese do sindicato. Com o retorno do processo ao juiz de primeiro grau, a operadora e a União arguíram em sua contestação requerendo que o juiz federal declinasse da competência para a justiça estadual julgar o mérito do caso, pois, para eles, a União não deveria ser parte no processo. A estratégia deu certo e o juiz federal, em 25 de abril de 2017, acatou o pedido para que o processo fosse remetido para a Justiça Estadual.

O SinpecPF apresentou recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão que confirmou o declínio de competência. Neste recurso, a entidade requer a reforma da decisão do juiz federal que remeteu o processo para a justiça estadual. Apesar dos esforços do sindicato para que haja logo uma decisão, o processo segue concluso para decisão desde maio do ano passado.

Com a remessa dos autos para justiça estadual, o Juiz Renato Castro Teixeira, da 19ª Vara Cível de Brasília, decidiu revogar a liminar anteriormente concedida, sob o pretexto de alinhar o julgamento com o das demais ações referentes ao tema.

Contra essa decisão, o SinpecPF também apresentou recurso de Agravo de Instrumento.

Ação contra reajuste de 2017 da GEAP — O SinpecPF ingressou com ação coletiva contra os reajustes abusivos praticados pela Geap nos planos de saúde ofertados aos filiados do sindicato. Para o ano de 2017, a Geap autorizou correção de 23,44% em seus planos, percentual bastante superior aos limites autorizados pela ANS para os contratos individuais. Por isso, o sindicato pede a anulação da resolução que autorizou os aumentos.

Além de requerer que o reajuste fique limitado ao índice fixado pela ANS para os planos individuais (13,55% em 2017), o sindicato também reivindica que a Geap não possa elevar o custo dos planos sem antes apresentar justificativas sólidas e detalhadas para tanto.

Importante frisar que o sindicato solicitou que haja conexão da presente ação com processo movido pelo Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol/DF), entidade que já obteve liminar contra os reajustes. Caso a conexão seja aceita, os efeitos serão estendidos aos filiados do sindicato.

Se você é beneficiário da Geap, mas ainda não é filiado ao sindicato, **ATENÇÃO:** é fundamental se filiar o mais rápido possível para ser beneficiado pela ação. Isso porque, atualmente, o entendimento da Justiça é de que decisões liminares alcançam somente a listagem inicial de

postulantes. Assim, caso seja concedida liminar, o sindicato será intimado a juntar a lista de sindicalizados ao processo, para que esses usufruam dos efeitos liminares.

Revisão remuneratória mínima de 1% — O SinpecPF ingressou com ação coletiva para garantir aos filiados a revisão remuneratória geral anual mínima de 1%. Pleiteia-se que o reajuste seja computado a partir da edição da Lei nº 10.697, de 2003, incidindo no mês de janeiro de cada ano sobre todos os componentes remuneratórios a que a classe faz jus.

A demanda decorre do inciso X do artigo 37 da Constituição, que assegura ao funcionalismo público revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Assim, a regra de 2003 não impôs limitação temporal à aplicação do índice de 1%, que deveria ocorrer periodicamente a partir de janeiro de 2003.

Vale destacar que o ajuizamento dessa demanda não prejudica as batalhas da categoria por uma posterior e necessária complementação para atender à totalidade da corrosão inflacionária, vez que o índice

de 1% é ínfimo se comparado às perdas inflacionárias sofridas ao longo dos anos.

Ação pelo direito ao porte de armas — O SinpecPF acionou o Poder Judiciário contra a proibição aos servidores administrativos de portar armas, imposta pela Instrução Normativa nº 23/2010-DG/DPF. Para o sindicato, a referida norma é ilegal, tendo em vista que a Lei nº. 10.826/2003 garante o direito ao porte de arma particular ou fornecida pela instituição a todos os integrantes da PF.

Atualmente, a concessão para o porte de arma de fogo aos servidores do PECPF se dá em caráter excepcional e a critério do dirigente de cada unidade, mediante solicitação ao servidor ao chefe imediato. O resultado disso é o frequente desrespeito a um direito assegurado em lei, com a grande maioria requerimentos apresentados por servidores administrativos sendo negados pela Administração.

Vale destacar que a medida do sindicato não visa obrigar todos os servidores administrativos a se armarem, mas sim a colocar fim a uma determinação ilegal, que alimenta a segregação reinante dentro do órgão. Se a lei não faz

distinção entre os integrantes do órgão, a Administração não pode ultrapassar sua própria competência estabelecendo tratamentos diferenciados.

Ação contra aumento do desconto previdenciário — Vitória importante obtida pelo SinpecPF contra o aumento da alíquota previdenciária. A justiça concedeu liminar em ação proposta pelo sindicato contra a Medida Provisória 805/2017, que determina, entre outros temas, aumentar progressivamente a contribuição previdenciária para os servidores cuja remuneração ultrapasse o teto do RGPS (atualmente de R\$ 5.531,32).

Em sua decisão, a magistrada cita julgamento da ADIN nº. 5809, no qual o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, decidiu pela suspensão dos arts. 1º a 34º e 40, I e II da Medida Provisória 805/2017. Com isso, foram também suspensas as alterações no texto da Lei 10.887/2004 decorrentes da MP805/2017.

Embora a situação só atingisse uma minoria dos servidores administrativos da PF, o SinpecPF se viu obrigado a agir para proteger os direitos da parcela de filiados que seria injustamente afetada pelo aumento.

COMO FAÇO PARA REQUERER O AUXÍLIO?

O serviço de assistência jurídica é facultado a todos os filiados do SINPECPF de qualquer lugar do Brasil.

Para solicitar a assistência jurídica o filiado tem de entrar em contato com o sindicato pelo e-mail juridico@sinpecpf.org.br ou pelo fone 0800-644-1178.

Nossos funcionários irão explicar como cada filiado deverá proceder para obter atendimento

dos advogados contratados pelo sindicato.

Assim que os advogados recebem as demandas do SINPECPF, eles entram em contato com o filiado para informar como a defesa será feita.

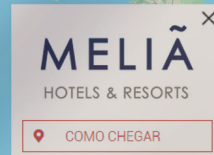
A assistência abrange filiados e dependentes relacionados nos assentamentos funcionais da Polícia Federal.

Atualmente o SINPECPF

mantém contrato com o escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues, que mantém equipe de advogados especializados em Direito Administrativo, atuando em todo o país em ações relacionadas à atividade funcional. Outras ações ficam à cargo de outros parceiros.

Em caso de dúvidas, entre em contato com o sindicato. Temos funcionários especializados em direito prontos para atendê-lo.

O SINPECPF oferece as melhores opções em convênios!



São mais de 6.000 lojas.
Aqui você encontra academias,
eletroeletrônicos, veículos direto
da montadora, hotéis, restaurantes
entre outros.

Oster

viajanet

MELIÃ
HOTELS & RESORTS



Acesse: sinpecpf.temmaisvantagens.com.br

Contatos:

Telefone: 0800 932 0000 ramal 4199
(Apenas telefone fixo)

Whatsapp: (61) 99354-6881

E-mail: atendimento@temmaisvantagens.com.br

